



Alca fará países da AL perder funcionários qualificados

“Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. Foi assim, que nossas fronteiras foram escancaradas para atendimento dos interesses transnacionais, sem qualquer contrapartida. Como concorrer com as empresas globalizadas?

Nos EUA os empresários captam capital de juros a 3,75% ao ano. Especialistas dizem que o velhinho e poderoso, Alan Greenspan, vai baixá-los ainda mais como forma de estimular a economia americana que estaria agonizando, sem capacidade de absorção da produção industrial dos demais países aliados, gerando recessão mundial.

No Brasil, os juros que eram de 15,25%, subiram para 19% ao ano. Obedecendo às ordens de nosso “patrão” – o FMI, que nos monitora, para que haja excedentes e possamos pagar-lhes os juros dos empréstimos, nossa economia, sem capacidade de concorrência e de exportação suficiente ao equilíbrio da balança comercial, fica na dependência dos capitais “voláteis”, pousam uma noite, mas podem ir embora já no dia seguinte, desaparecendo e fugindo como um raio.

Esta política econômica globalizada então implantada domina os interesses nacionais de cada país. Por exemplo, o Japão tinha estratificado uma cultura de que o trabalhador morria e ou se aposentava na empresa onde estivesse empregado. Já não é mais assim.

A FUJITSU, conglomerado japonês fabricante de computadores e chips, empresa da mais alta tecnologia, anuncia que irá despedir 16.400 trabalhadores, sendo 11.400 funcionários no exterior e 5 mil no Japão.

Com a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), que deverá entrar em vigor em 2005, os países da América Latina tendem a se tornar “depósitos” de força de trabalho barata e perderão os funcionários mais qualificados para a economia norte-americana, segundo a previsão é do economista Antonio Prado.

Veja o texto publicado no jornal O Estado do Paraná

Alca transformará AL em um depósito

São Paulo (AE) – Com a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que deverá entrar em vigor em 2005, os países da América Latina tendem a se tornar “depósitos” de força de trabalho barata e perderão os funcionários mais qualificados para a economia norte-americana.

A previsão é do economista Antonio Prado, professor da PUC-São Paulo e diretor da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), em estudo que projeta o impacto da Alca no mercado de trabalho da região. O estudo foi solicitado pelo centro comunitário da central sindical norte-americana AFL-CIO.

Prado sustenta que a evasão da mão-de-obra qualificada será motivada pela retirada, pelos Estados



Unidos e outros países desenvolvidos, dos investimentos mais relevantes na produção de bens intensivos em tecnologia. Isto porque, segundo o economista, a Alca não conseguirá evitar as desigualdades entre os habitantes dos 34 países que comporão o bloco, porque os trabalhadores não terão a mesma mobilidade desfrutada por empresas e produtos e, na prática continuarão, como hoje, com mercado de trabalho limitado às fronteiras nacionais, pois a proposta não contempla a livre circulação de pessoas.

Desigual

O economista ressalta em seu estudo que o debate sobre a constituição da Alca vem crescendo em importância nos últimos meses, mas exclui entidades representativas da sociedade, como organizações não-governamentais (ONGs) e sindicatos. “A marca que ganha expressão no processo negociador e na futura operação da Área é a desigualdade”, salienta. Para ele, um acordo que apenas se restrinja a aspectos essencialmente comerciais será um facilitador para a exploração da mão-de-obra do continente pelas empresas transnacionais.

“Não se trata de uma integração comercial de países homogêneos. Ao contrário, excluindo-se o Canadá e os Estados Unidos, muitos dos outros países do continente americano vivem profundas crises sociais (como Colômbia e Equador) e outros apresentam economia vulnerável, como Brasil e Argentina”, observa.

Segundo Prado, um ponto que vem sendo denunciado pelos sindicatos e ONGs é que não há menção entre a relação de acesso aos mercados e a promoção dos direitos humanos e trabalhistas e proteção ao meio ambiente, além da falta de debate sobre a livre circulação de pessoas. “Os dados que obtemos sugerem que os principais atores desse processo serão os EUA, Canadá, Brasil, México e Argentina e mesmo assim, com assimetrias significativas entre os dois primeiros e os latino-americanos”, aponta o pesquisador.

Prado ressalta que a maioria dos especialistas prevê que a constituição da Alca poderá afetar de forma dramática a indústria e o setor de serviços brasileiros, aumentando, e não reduzindo, o desemprego setorial.

“Os riscos são significativos e com muita probabilidade de gerar efeitos destrutivos na matriz industrial brasileira, além de afetar a balança comercial os fluxos de capitais e o mercado de trabalho”, alerta. (*Jornal O Estado do Paraná* – 20/8)

O autor é advogado trabalhista em Curitiba e em Paranaguá, Diretor de Assuntos Legislativos da Abrat (Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas), integrante do corpo técnico do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e da comissão de imprensa da AAT-PR (Associação dos Advogados Trabalhistas do PR)

Revista **Consultor Jurídico**, de agosto de 2001.

Date Created

21/08/2001